



Os prefeitos da Frente encontraram apoio em Dornelles, mas criticaram Fragelli

Frente cobra de Sayad reforma tributária já

“Reforma tributária já”. O pleito foi apresentado, ontem à tarde, ao ministro João Sayad, do Planejamento, pela diretoria e coordenadores estaduais da Frente Municipalista Nacional, entidade presidida pelo vice-governador de São Paulo, Orestes Quérzia. Basicamente, a frente, criada em 1983, quer a elevação do percentual do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), dos atuais 16 para 20%; o resarcimento das perdas de receita decorrentes da isenção do ICM nas exportações; a criação do Fundo de Compensação dos Estados, Distrito Federal e Municípios (a metade dos recursos desse fundo seria destinada aos estados industrializados e a outra metade aos não-industrializados) e a substituição da Taxa Rodoviária Única por um imposto municipal.

O atendimento dessas reivindicações e de outras 12 trazidas a Brasília não depende, entretanto, do Executivo, como admitiu, à saída do encontro, o vice-governador paulista Orestes Quérzia, mas sim do Legislativo. O início da Reforma Tributária de Emergência depende como explicou Quérzia, da aprovação do Projeto de Emenda Constitucional nº 79, de 1984 e do projeto de Lei Complementar nº 213, também de 1984, de autoria do deputado federal Airton Sandoval (PMDB-São Paulo).

“Estamos indo para o Congresso Nacional tentar marcar a data de votação desses dois projetos”, explicou o presidente da Frente Municipalista Na-

cional. Segundo a direção da frente, os dois projetos já receberam pareceres favoráveis das comissões competentes.

O ministro João Sayad disse aos 30 integrantes da delegação municipalista, que a Comissão da Reforma Tributária está acelerando os seus trabalhos, acenando com a possibilidade de mudanças, ainda este ano, na área tributária. Os municipalistas pediram inclusão, nessa comissão, de um representante da frente. O ministro Sayad foi receptivo à idéia, dizendo, segundo Orestes Quérzia, que iria fazer a sugestão ao presidente Sarney.

Os municipalistas pediram também a designação de Luís César Amad Costa, da Fundação Faria Lima, para dirigir a Secretaria de Articulação com os Estados e Municípios. Sayad, desta vez, parece ter sido pouco receptivo, de acordo com o relato do vice-governador paulista. Declarou que existe muitas indicações para o cargo e que não há ainda nenhuma decisão sobre o assunto.

Orestes Quérzia dizia, à saída da reunião, que é preciso fazer algo para desafogar as finanças dos estados e principalmente dos municípios. “A situação dos municípios é insustentável. Vejam o depoimento do nosso companheiro, o prefeito de Santo Amaro, Bahia. No mês passado, a arrecadação municipal cobriu apenas 45% das despesas” — assinalou o presidente da Frente Municipalista Nacional, entidade composta de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores de todo o País, pertencentes a todos os partidos políticos.

A Frente Municipalista Nacional, de acordo com documento aprovado ontem, no Congresso Nacional, apóia todos os demais projetos de reforma tributária em andamento no Poder Legislativo Federal, “não descartando a possibilidade de analisá-los em uma só Emenda Substitutiva (a exemplo do Substitutivo Passos Pôrto), para aprovação ainda em 1985, passando a vigorar no exercício de 1986”.